



Assunto: 2ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL – INÍCIO DO PROCEDIMENTO -
Presente a proposta do Sr. Vice-Presidente, datada de 2019/01/15, para aprovação do início do procedimento da 2ª revisão do Plano Diretor Municipal de Vila Franca de Xira, de acordo com o nº 1, do artigo 76º, do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, da sujeição do procedimento a avaliação ambiental, ao abrigo dos nºs 1 e 2, do artigo 120º, do mesmo Regime, consubstanciado com o definido no Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de junho, dos termos de referência do procedimento, bem como estabelecimento de um prazo de 30 dias para a formulação de observações e sugestões, ao abrigo do nº 1, do artigo 76º, e nº 2, do artigo 88º, do citado Regime, e conclusão do processo de revisão até 14 de julho de 2020. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que queria dizer que se está num momento de particular importância que pode e vai ter em consideração muitos fatores importantes para a vida da população. Algumas matérias estão interligadas, queira-se ou não, com o ponto anterior, e aliás grande parte daquilo que foram as intervenções sobre o ponto anterior já tem muito a ver com o que agora se vai também avançar, neste ponto, que é a alteração.-----

Aquilo que quer transmitir é, conforme se referiu desde há algum tempo, que se ia avançar com o processo da revisão, que, como se sabe, tem uma série de procedimentos que se têm de ter em linha de conta. Têm que se ter os termos de referência e também estabelecer um prazo, que era de 15 dias, mas que se achou que deveria passar para o dobro, para 30 dias, para todos poderem dar a sua opinião, observações e sugestões, que possam ser consideradas na revisão do PDM e, sobretudo, neste início de procedimento. -----

Quer dizer que se tem de trabalhar e que trabalhar muito, e depressa, na medida em que este processo, esta segunda revisão, tem de estar concluída em julho, salvo erro 14 de julho, de 2020. Crê que vai ser difícil, pelas experiências que se têm tido em outros PDM, nomeadamente a primeira revisão, que se iniciou em 2006.-----

Disse o Sr. Vereador Nuno Libório que foram quase 10 anos.-----
Continuou o Sr. Presidente, mencionando que se teve o de 1993, que evoluiu até 2009, e questionando-se quanto ao prazo desde o início do procedimento. -----



Disse o Sr. Vereador Nuno Libório que foram uns 8 ou 9 anos.-----
Prosseguiu o Sr. Presidente, mencionando que, em termos de facto, demorou 5, 6 anos, não se recorda bem, mas foi por aí. Contudo, o que se disse só ajuda àquilo que está a dizer.-----
Esclareceu o Urb^a Ricardo Ramalho que o início da primeira revisão foi 1998. -----
Disse o Sr. Presidente que foi quando foi criada a comissão e essas coisas todas, foram 10 anos, de 1998 para 2009. -----
São processos exigentes e morosos, no entanto tem-se uma meta para cumprir e vai-se tentar cumprir, assim as entidades que se têm de pronunciar ajudem, pois pode-se ter muito boa vontade, e depois esbarra-se com algumas dificuldades que são criadas. -----
Desta vez, desde o início deste processo vai-se ter a Dr^a Ana Rodrigues, a advogada da câmara municipal, até ao fim, porque há questões de carácter jurídico, que muitas das vezes são absolutamente decisivas para as situações evoluírem mais depressa. Portanto, em todas as reuniões com as entidades a advogada estará presente, para ajudar juridicamente sobre tudo isto. -----
Aquilo que pode dizer sobre esta matéria é que se vai trabalhar numa revisão do PDM sem a revisão do PROT-AML estar concluída, e ter-se-á de trabalhar com uma lacuna importante. Este instrumento orientador e estratégico mantém-se inalterado desde 2002, e está em revisão. Ainda não aconteceu, pelo que se vai ter de lidar com esta matéria, e alguém de direito tem que dizer como é que se vai resolver este assunto. -----
Portanto, quanto à questão de sugestões e observações que se queiram fazer neste processo do início do procedimento, também se vai ter 30 dias, para que quem queira se pronunciar o possa fazer. -----
Aquilo que quer dizer é que se quer trabalhar com todos, que tenham, em cada momento, a informação do que está a acontecer, e tentar-se-ão encontrar metodologias de trabalho para que todos os grupos políticos com assento nesta câmara municipal saibam o que está a acontecer, não só com a informação que se vai fornecer, como, eventualmente, num ou outro momento, promover as reuniões para se ir explicando o ponto de situação do processo, para que quando chegar ao fim todos se sintam confortáveis, com a informação necessária e adequada, para



poderem também colaborar, porque todos não são demais neste processo, num processo tão importante.-----

Espera que, de facto, seja um exercício interessante, e vai ser, que é uma visão ou consolidação daquilo que se pretende para o concelho.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que se haverão de ter pequenas questões e complexas situações, haverá um pouco de tudo, mas o Sr. Presidente que deixe que o próprio lhe diga que nada leva a crer, nem os membros da CDU podem sequer admitir, do ponto de vista político, que este processo de revisão se eternize, tal como decorreu o primeiro processo. O concelho, o seu desenvolvimento, as populações, os agentes económicos, tudo o que mexe, investe ou quer instalar-se no concelho de Vila Franca de Xira, precisa que esta revisão aconteça, sob pena de se estar a comprometer o desenvolvimento. Está a dizer isto porque querem sinalizar um aspeto, que para os mesmos é fundamental, é que imediatamente a seguir a estas deliberações, que julga que serão aprovadas, iniciar-se-á, como o Sr. Presidente disse, um processo de concertação com outras entidades, e tendo presente a experiência desses cerca de 10 anos da revisão do primeiro Plano Diretor Municipal, deve dizer que o problema para esse atraso deveu-se, fundamentalmente, a alguma intransigência por parte desta câmara municipal.-----

Recorda-se de muitas reuniões em que, em representação do grupo político da CDU, esteve presente, em que a câmara municipal definia usos e perspetivas de ocupação do solo que colidiam com as orientações da CCDR, designadamente naquela que é a denominada faixa do PROT-AML, que deve ser o mais liberta possível de ocupações pesadas, tendo em conta os constrangimentos rodoviários e urbanísticos existentes.-----

Portanto, muito desse tempo deveu-se a esse braço de ferro, que injustamente penalizou o concelho de Vila Franca de Xira e os seus intentos de desenvolvimento, pelo que haja, da parte da câmara municipal, uma vontade maior para fazer vincar aquilo que efetivamente faz falta, rever aquilo que precisa efetivamente de ser revisto, e de certeza absoluta que não se precisará de mais cerca de 10 anos para dar como concluído um processo que, se tudo correr bem, e os membros da CDU acreditam que sim, conforme consta no documento, estará terminado em julho de



2020.-----
Tal como tentaram fazer no momento anterior, iam propor que, formalmente, para os termos de referência, observações e sugestões, como aliás propõe a proposta nos seus pontos 3 e 4, fossem considerados os aspetos e princípios que a CDU defende. O Sr. Presidente, e não quer agora voltar a essa discussão, tem um entendimento que os vereadores da CDU, e a sua participação, deve ser remetida para a discussão pública, e os próprios, mesmo não concordando com essa opinião, reservam-se no direito de, desde já, afirmarem aquilo que consideram que deve ser o conteúdo da segunda revisão do Plano Diretor Municipal. -----
Assim, uma das primeiras questões é uma ampla e efetiva discussão com a população. Na opinião que têm, esta revisão do PDM só pode e deve acontecer se a população, os agentes económicos, movimento associativo, instituições sociais, outros, todos aqueles que participem pelo desenvolvimento, efetivamente participem também na construção, nestas decisões. O participar, na opinião da CDU, tem o alcance de dar oportunidade, antes de se tomarem decisões, da câmara municipal incorporar as opiniões das pessoas, para além daquilo que é obrigatório do ponto de vista da formalidade, que são consultas públicas, procedimentos parecidos ou idênticos, criar mecanismos concretos para que a população participe nesta importante e relevante fase de discussão coletiva. -----
Depois, a CDU também tem a opinião que, para não dizer toda, uma parte importante dos planos estratégicos que suportam o PDM tem de ser revista, e vai só dar um exemplo. Conhecem os planos, leram-nos, participaram neles, e alguns apontam como justificação para a manutenção de áreas urbanizáveis, por exemplo, na Castanheira do Ribatejo, como sendo a entrada norte, no âmbito da localização, no novo aeroporto de Lisboa. -----
Independentemente agora da evolução que a expansão do aeroporto possa vir a ter, há um pressuposto, que já é inequívoco, o de que o aeroporto não vai ser instalado nos próximos tempos na Ota. Portanto, não se podem manter considerações ou documentos que apontam e justificam determinado tipo de opções, baseado num pressuposto que há 10 anos foi abandonado.-----
Defendem que deve haver uma redução sustentável, e de acordo com as necessidades do concelho, as necessidades demográficas nas áreas de construção



habitacional ou, dito de outra maneira, entendem que todo e qualquer movimento expansionista de frentes de habitação deve estar diretamente relacionado com as necessidades demográficas do concelho de Vila Franca de Xira. Isto, não só por causa dos Censos, mas porque no âmbito também de um muito relevante trabalho que foi feito pela câmara municipal, das áreas de reabilitação urbana, constataam que há um universo de casas devolutas muito significativo, infelizmente muitas a precisarem de obras. Portanto, todos os dados indicam que não se precisam de aumentar as áreas de expansão para habitação. -----

Depois, como disseram, e o Sr. Presidente também os acompanha, é preciso criar condições para o aumento sustentável, e repete, sustentável, dos perímetros urbanizáveis nas freguesias rurais. Vão usar uma expressão que ouvem muito quando vão, por exemplo, à Calhandriz, ou Cotovios, ou até Trancoso, “nós precisamos (dizem as pessoas) que os nossos filhos, os filhos da terra, tenham condições para se fixarem nesta freguesia (a freguesia onde são familiarmente ligados)”. É preciso encontrar soluções, que existem, para garantir o acesso a essa mesma fixação. -----

É preciso resolver os problemas das AUGI. Os membros da CDU já aqui falaram da Quinta do Alferes, e da manutenção das 17 edificações, sendo que, para além do seu atual estatuto temporário, é preciso é criar-lhes um estatuto definitivo. Como o Sr. Presidente disse, é preciso olhar para outras situações suscetíveis ou insuscetíveis de reconversão, mas, acima de tudo, o que a câmara municipal precisa, com este Plano Diretor Municipal, é, de uma forma criativa, ainda dar mais passos para o estagnar deste problema, que infelizmente se arrasta há muitos anos. -----

Na opinião que têm esta revisão deverá servir para dotar o concelho doutros métodos, para criar condições para a instalação de empresas, pois tem-se muita área industrial expectante, muita degradada, e é preciso protegê-la. Voltando novamente ao caso da Previdente, o Sr. Presidente diz que está estagnado o processo, e não têm uma visão fixa, rígida, de que é só indústria, é só habitação, não, já disseram que é na diversidade e no equilíbrio das opções urbanísticas que se encontram as melhores soluções, mas o território da Previdente é um território que, pela sua aptidão, não pode ter outro uso que não seja o da atividade



económica, mas como se abriu uma frente de oportunidade para se instalar lá habitação, deu no que deu, nem habitação, nem atividade económica. -----
Questionou o Sr. Presidente se será que foi por causa disso, tendo o Sr. Vereador respondido que foi por falta de interesse do investidor. -----
Continuou o Sr. Presidente, referindo que não, foi pela bolha imobiliária que se espalhou. -----
Disse o Sr. Vereador que se está a falar do mesmo, é porque, como o Sr. Presidente sabe, são muitas as solicitações de pedidos de investimento em áreas fabris e económicas no concelho de Vila Franca de Xira, e ali tem-se uma que não se reconverte para usos desse tipo porque tem a possibilidade de habitação, e quem neste momento é detentor da propriedade do imóvel quer é rentabilizá-lo. Do ponto de vista do interesse do desenvolvimento é isso que interessa? Na opinião dos membros da CDU não, mais valia ser reconvertida, como é óbvio, para atividades económicas. -----
Depois, para terminar, quanto às questões da zona ribeirinha, já falaram num momento anterior, mas, acima de tudo, uma potencialidade que esta revisão vai ter de encarar, numa forma rigorosa, ainda mais rigorosa, para ser mais objetivo, é que há um conjunto de atividades económicas que podem ser desenvolvidas e potenciadas a partir da natureza e da potencialidade ecológica do concelho, sem agredir os meios ambientais, sem agredir legislação e sem ter a tentação de fazer, em sítios suscetíveis de danos ambientais irreversíveis, o aproveitamento incorreto dessas mesmas potencialidades. Há um vasto desenvolvimento económico a partir do rio, dos mouchões, de observação do turismo natureza, que infelizmente ainda não são uma realidade no concelho. -----
Quanto às questões da mobilidade e transporte, a páginas tantas, na leitura que fizeram ao conteúdo destes relatórios, e o Sr. Presidente que acredite que fizeram, como já compreendeu, há uma expressão que não consegue agora recuperar exatamente, que é “precisamos, acima de tudo, de centrar se há ou não validade nalgumas das orientações do plano de acessibilidades”. -----
Os membros da CDU estão disponíveis para discutir aquilo que tiver de ser discutido, mas o principal problema do plano de acessibilidades não está nas suas orientações e na definição dos seus corredores, está, antes, na sua falta de



aplicabilidade, e de não terem avançado soluções ou investimentos que estão preconizados no estudo de acessibilidades. Esse é que é o problema, mas, como é óbvio, estão perfeitamente disponíveis para analisar e estabilizar corredores, sejam eles ferroviários, rodoviários, o Tejo, como fator de desenvolvimento económico e, acima de tudo, fica aqui demonstrado o compromisso que têm para participarem construtiva e politicamente na decisão da câmara municipal, que é um melhor Plano Diretor Municipal que sirva o desenvolvimento, a que todos se propõem garantir. -----

O Sr. Presidente interveio, mencionando que agradece o que o Sr. Vereador referiu, e está absolutamente convencido que a participação de todos vai ser bastante importante. Anotou todas as questões, resumidamente, que o Sr. Vereador referiu, e sobre uma ou outra já dirá o que também pensa sobre a matéria. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Carlos Patrão, dizendo que o Bloco de Esquerda saúda a câmara municipal por ter dado início ao procedimento de revisão do Plano Diretor Municipal, são conhecidas as críticas que o Bloco faz ao atual Plano Diretor Municipal, logo, quando foi feita a primeira revisão, que na opinião do Bloco não foi até onde devia ter ido, pois considera que o atual PDM é expansionista, do ponto de vista urbanístico, e que deviam ter sido contidos os perímetros urbanos, devia ter sido privilegiada a reabilitação urbana, em detrimento da construção de novos loteamentos. -----

Infelizmente, e sabe que o Sr. Presidente se congratula muito com isso, nos últimos meses tem-se assistido a constantes aprovações de novos loteamentos, alguns que considera vão ser bastante prejudiciais ao concelho, e bem sabe que neste momento existe uma brutal bolha de especulação imobiliária em Lisboa, que empurra as pessoas para as periferias, mas não têm que ser os concelhos das periferias a pagar o desmando nacional e internacional, pois também sabe que existe uma pressão internacional para essa bolha de especulação na capital portuguesa, e não só, existe um fenómeno semelhante até na segunda cidade do país, que é o Porto. -----

Considera o Bloco que é uma oportunidade para, de facto, fazer aquilo que já se devia ter feito na primeira revisão, e da hipótese de permitir expandir os perímetros urbanos nessas freguesias rurais como a última oportunidade para as



salvar, porque estão num processo de desertificação humana, e pediria que houvesse muito cuidado com essa abordagem, com essas tentações. Não diz que esse aspeto não exista, aquele que foi invocado, da questão dos 2 hectares, mas há muitos outros fatores que, de facto, tornam a vida das pessoas que vivem nessas zonas rurais muito dura e difícil.-----

Alguns até já tem trazido a reunião, e uma é a questão dos transportes. Na Loja Nova há 2 autocarros por dia, e quando não há escola nem há autocarro, que lhe expliquem quem é que quer viver num sítio assim. Bem sabe que existe esse plano ambicioso, que a AML - Área Metropolitana de Lisboa, vai renegociar os contratos com os operadores e que estas coisas vão melhorar, mas é cético em relação a essas melhorias, quer ver isso a acontecer, e tem muitas dúvidas que os operadores sejam "dobrados e postos na ordem" pela AML. Contudo, cá estará para ver, vai dar o benefício da dúvida.-----

Essas questões da mobilidade deviam ter um peso muito importante nesta revisão do PDM, porque se assiste, de facto, a uma grande dispersão urbana, que depois inviabiliza qualquer rede de transportes. Assim, não se devem agravar essas situações, esta questão dos transportes é determinante, e julga que todos os planos de urbanização devem ser feitos em função dum plano de deslocações urbanas, para depois as pessoas não se virem queixar que não se consegue circular no concelho, e circular do concelho para fora e para dentro, o que em certa medida já acontece. Sabe-se que a estrada nacional é um engarrafamento permanente, mas mesmo assim continuam-se a aprovar loteamentos junto à estrada nacional. Teve-se o caso do loteamento da Solvay, que foi bastante discutido em reunião, e que o próprio considera paradigmático daquilo que não se deve fazer.-----

Há também as questões económicas, e questiona que desenvolvimento se quer para o concelho. Quer-se um concelho com hipermercados e logística, que não fixa os seus jovens, que vão estudar para a universidade e depois vão-se embora, porque não se criaram empregos qualificados, ou quer-se mudar de vida, e apostar em atividades económicas mais inovadoras, que criem maior valor acrescentado? Nesse sentido, quer a Marinha, em Vila Franca de Xira, quer outros parques industriais devolutos que se têm no concelho, deviam ser reorientados para essas



7

atividades, e não para aquelas atividades do costume, que é abrir mais um hipermercado da cadeia não sei quê, mais a cadeia de retalho não sei quantos, que acrescentam muito pouco ao concelho e tornam-no igual aos outros concelhos todos, pois isso já existe em todo o lado. -----

A tendência até será definharem, entraram já numa lógica autofágica, comem-se uns aos outros, abrem num sítio, fecham no outro, e tem que se ter um desenvolvimento que seja pensado em termos de médio e longo prazo. Não se pode ir atrás de foguetes, que podem ser muito luminosos na altura, mas depois extinguem-se e, na realidade, não trouxeram nada, antes, trouxeram, queimou-se território, território que tinha aptidão agrícola deixa de ter, e depois fica-se com problemas agravados para resolver. -----

Portanto, neste sentido o Bloco de Esquerda gostaria que esta revisão fosse no sentido que acabou de dizer e, já agora, gostaria de ouvir o Sr. Presidente e o executivo sobre qual é visão dos mesmos para esta revisão do PDM. -----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que, efetivamente, está-se no início de um processo, quer-se que o território do concelho seja atrativo, como já é, mas quer-se ainda mais, para trazer mais pessoas, que façam a sua opção de viverem em Vila Franca de Xira, e sobretudo atrair empresas. Se se verificar no relatório que se esteve a analisar no ponto anterior, verifica-se que a economia do concelho tem crescido muito, com muitas empresas que têm vindo para Vila Franca de Xira, e quer-se que assim seja. -----

Em termos económicos é isso que se pretende com esta revisão, permitir que efetivamente haja um volume bastante grande de empresas que venham para o concelho, com a criação de postos de trabalho, criação de condições para que as pessoas se fixem em Vila Franca de Xira. Para isso não há volta a dar, está de acordo que não se tenha uma ideia expansionista, como o Sr. Vereador Carlos Patrão referiu, relativamente à habitação, mas a habitação é necessária. Não vale a pena estar a pensar que só a reabilitação e regeneração urbanas vão resolver todas as necessidades de habitação que se vão ter caso as empresas venham, e vai-se fazer com que assim seja, que este volume de empresas que está a vir continue e tenha uma expressão cada vez maior. -----

Por isso, não se pode ter uma ideia fechada sobre a habitação “não se faz mais

A

habitação no território”. É claro que não é esse o pensamento dos Srs. Vereadores, não é o pensamento de ninguém, têm é que se criar as condições para perceber que habitação e aonde. -----

Também, por exemplo, relativamente à Armada, e às críticas que se fizeram ao executivo por haver ali uma percentagem, embora diminuta, de habitação, efetivamente, espaços que não sejam animados, que não tenham animação, que não tenham pessoas, são espaços inseguros, o que tem de ser combatido, e só se combate com pessoas que vivam na zona, não é uma empresa ou empresas que estejam num determinado local, a uma determinada hora fecham, e aquilo fica vazio durante a noite inteira, ao fim de semana, seja o que for. Isso contraria-se com habitação, com pessoas que necessitem doutras atividades, de cafetarias, restauração, doutros equipamentos que sejam necessários à sua vida do dia a dia, e também as lojas. -----

Quando o Sr. Vereador Carlos Patrão refere que se devia impedir a construção de mais superfícies comerciais, como são conhecidas, as licenças não são passadas pela câmara municipal, para poderem ter atividade, são passadas pelo Ministério respetivo, o Ministério da Economia. Cabe à câmara municipal dizer “não queremos isso”, mas também tem a dizer-lhes que o mercado regula-se a si próprio, uns abrem, outros fecham, e o que é preciso é ter a capacidade de compatibilizar as necessárias preocupações que se têm de ter com o comércio local, que se vai manter, porque esta relação pessoal que se tem com o comércio local não se tem naquelas outras superfícies comerciais. Quer dizer que há muitas pessoas que compram diversos artigos no comércio local, um pouco por todo o território, porém, as necessidades da vida de hoje não se compadecem se não houver superfícies comerciais abertas em horários quando vêm do trabalho. -----

Não vale a pena contrariar, é uma questão dos nossos dias, não vale a pena ter uma visão sobre isto que não seja assim. O próprio vai às compras, não tantas vezes quanto gostaria, mas vai, habitualmente, em Alverca, onde mora, e vê lá “n” pessoas doutros territórios que vão lá, fazem as suas opções. Hoje em dia as pessoas têm horários de trabalho tão prolongados, que se não for assim, dificilmente fazem face à sua vida. -----

Depois, quer dizer ao Sr. Vereador Nuno Libório que não houve, na sua opinião,



intransigência junto da CCDR para que a primeira revisão do PDM tivesse demorado tanto tempo. Lembra-se bem que, de facto, de exigência em exigência, em pedido de documento em documento, e já em fase final ainda pediu um outro documento de que agora não se recorda o nome, nem sabia o que aquilo era, foi mais uma exigência já em final de processo.-----

Esclareceu o Urb^a Ricardo Ramalho que foi a avaliação ambiental estratégica.-----

Prosseguiu o Sr. Presidente, mencionando que não era exigível nas revisões do PDM, e foi para o de Vila Franca de Xira.-----

Disse o Urb^a Ricardo Ramalho que foi uma legislação nova que saiu.-----

Interveio de novo o Sr. Presidente, referindo que saiu naquela altura, e foi uma situação que se teve também, à última da hora, de resolver, o que quer dizer que houve grandes dificuldades. Assim, não foi por intransigência da câmara municipal, foi por uma série de fatores, entre os quais aquele, que demorou muito tempo, e aliás, por razões diferentes, só agora, no concelho vizinho, é que a alteração do PDM fechou, com quase 20 anos de processo, o que lhe parece também extraordinário. Isso, sim, prejudica o desenvolvimento dum concelho, e não vai dizer mais que isso, porque conhece um pouquinho o que se passou, e às vezes, por exigências, em que vale a pena analisar o porquê de tantos anos à espera. Isso não beneficia a população.-----

Continuou, dizendo que a discussão que foi feita na primeira revisão foi ampla, só não participou quem não quis, e em termos políticos cada um fez aquilo que entendeu. Houve uns que foram a todas, apresentaram documentos, etc., houve outros que tiveram um pouco alheados desta discussão, e também não apresentaram grandes contributos para a matéria.-----

Assim, aquilo que se vai fazer é o que se fez antes, colhendo os ensinamentos dessa participação. Agora vai-se fazer uma ampla discussão com a população em geral, território a território, com os empresários, que possam dar a sua visão, e verificar se há condições ou não de ir ao encontro dessas mesmas sugestões.-----

Não se tem aeroporto e, na sua perspetiva, algumas das questões que se desenvolveram, numa visão estratégica da primeira revisão, foram justamente a pensar no aeroporto, mas o aeroporto não existe, nem sabe se alguma vez vai existir, e foi uma pena.-----



Disse a Srª Vereadora Regina Janeiro que ainda se volta à Ota, com as voltas que isto dá. -----

Prosseguiu o Sr. Presidente, dizendo que foi uma pena, na medida em que uma região esteve expectante, com servidões por causa do aeroporto, e passados tantos anos, se calhar mais de 20, nem sabe, o aeroporto voou, e parece que já aterrou, ver-se-á. Já há uma decisão e ver-se-á. -----

Disse o Sr. Vereador Nuno Libório que não há uma decisão.-----

Continuou o Sr. Presidente, mencionando que há uma intenção, ao que o Sr. Vereador respondeu: "Ah, pronto".-----

Prosseguiu o Sr. Presidente, dizendo que o Sr. Vereador é muito precioso nas palavras, e acha muito bem. Há uma intenção, e que seja, porque desde 1962 que se anda nisto. -----

O aeroporto, efetivamente, era um ponto importantíssimo na visão estratégica que se tinha. O aeroporto foi-se embora, e há que fazer a reconversão relativamente a essa matéria. No entanto, aparecem outras oportunidades, como seja aquilo que deve ser a estratégia do futuro, que é o aproveitamento do potencial que é o rio Tejo. Por isso, este ano espera que se conclua a construção dum porto fluvial na Castanheira, que vai tirar uma parte, não diz significativa, mas uma parte importante do trânsito pesado nas vias do concelho, e vai-se utilizar uma autoestrada, que é o rio, a autoestrada fluvial.-----

Efetivamente, as empresas podem e devem, do seu ponto de vista, fazer com que a matéria-prima e a sua transformação possa ser feita, num sentido e noutro, através do rio. Para isso é preciso que fique na agenda política, e parece que está, que o rio, para o efeito, tem de ser requalificado, logo no que diz respeito à navegabilidade. Se não houver navegabilidade os barcos não podem circular, sendo claro que o porto, o cais fluvial, para a Castanheira, é em barcaças de fundo chato, e chegam lá sem grandes problemas, mas se forem navios de grande calado dificilmente chegarão. Esta é uma das questões fundamentais que se vai colocar na revisão do PDM, o aproveitamento, em todas as suas vertentes, do rio Tejo. -----

Aqui está de acordo, e aliás o próprio e o Sr. Vereador estão em acordo com quase tudo. -----

Respondeu o Sr. Vereador Nuno Libório que às vezes não parece, quando se ouve o

A

Sr. Presidente falar. -----

Prosseguiu o Sr. Presidente, mencionando que para nos evidenciarmos não é preciso ser a cada palavra, a cada ponto, há coisas que são normais, não havendo razão nenhuma para não estarem de acordo. Tem todas as condições e abertura de espírito para isso, e aliás este trabalho assim o exige. Portanto, está de acordo quando o Sr. Vereador diz que tem de haver uma visão sustentável da habitação que é necessária fazer, porque é necessário construir mais habitação. Lisboa não aguenta os seus moradores, e eles estão a ir para a periferia, mas também há empresas que vêm para o concelho, nomeadamente para a Castanheira, e é preciso habitação para as pessoas se fixarem, nos territórios onde têm o seu emprego. Como se sabe, na Castanheira há 2 ou 3 loteamentos que estão expectantes para avançar. Não sabe se vão, se não vão, mas estão lá, foram aprovados. -----

Disse o Sr. Vereador Carlos Patrão que os Censos de 2011 dizem que há 20 000 habitações devolutas no concelho.-----

Continuou o Sr. Presidente, referindo que aquilo que quer dizer é que se tem de aproveitar esta oportunidade para precisar exatamente o que é necessário fazer, e perspetivar o futuro. É isso que se tem em vista e, por isso, esta visão sustentável da habitação necessária é um ponto que acompanha, sem dúvida nenhuma.-----

Quanto à fixação de pessoas nas zonas rurais, é também uma matéria que se acompanhou, e aliás o próprio já o referiu.-----

Há depois uma questão que é muito importante, que efetivamente o Sr. Vereador Nuno Libório referiu, a da mobilidade e dos transportes, e é sem dúvida nenhuma. Aliás, o plano de mobilidade que se tem também tem que ser revisto, pois provavelmente hoje em dia há outras necessidades, convindo recuperar o que se fez em termos da reserva de canais para a criação de acessibilidade, pois provavelmente tem que se fazer essa alteração, mas também é preciso ver, claramente, que há dois tipos de hierarquias.-----

Há as hierarquias das vias importantes, que têm de ter a colaboração direta, não diz integral, mas direta, do Estado, do Governo, porque são acessibilidades com um volume financeiro de muitos milhões de euros, que a câmara municipal não tem condições de resolver só por si. Há outras hierarquias, de arruamentos, vias,

